



SOCIEDADE

O fantasma da fome volta a assombrar

Brasil registra um crescimento de 85% na quantidade de pessoas que sofrem com a insegurança alimentar grave, situação em que não há acesso pleno e permanente à comida. São 19,1 milhões de brasileiros nesta condição

» GABRIELA BERNARDES*

A rotina de ter que negar alimento a um filho é dura e angustiante. Diariamente, milhões de brasileiros lutam contra a fome, que vem crescendo e atingindo mais famílias. O fantasma da miséria passa, a cada dia, a assombrar mais regiões. Com a voz embargada, Vânia Santos, de 38 anos, relata o drama de nem sempre ter o que colocar na mesa para os três filhos. "A insegurança é muito grande. O sentimento de não ter o que comer na mesa é grande e dói demais. Eu já cheguei até a chorar quando a gente vê o filho da gente pedindo o que comer e tem hora que não tem. É difícil. Não é fácil, não", conta.

Em meio à pandemia da covid-19, o Brasil se viu frente a frente com outra epidemia: a da fome. Nos últimos dois anos, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões. Nesse período, quase 9 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter a experiência da fome em seu dia a dia.

Hoje, mais da metade da população brasileira está nessa situação, nos mais variados níveis: leve, moderado ou grave. Como no caso de Vânia, a insegurança alimentar grave afeta 9% da população. Os dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), como parte do projeto VigiSAN.

A fome no Brasil é um problema histórico, mas houve um momento em que o país chegou a efetivamente combatê-la. Entre 2004 e 2013, os resultados da estratégia Fome Zero aliados a políticas públicas de combate à pobreza e à miséria se tornaram visíveis. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2004, 2009 e 2013, revelou uma significativa redução da insegurança alimentar na população brasileira. Em 2013, a parcela da população em situação de fome havia caído para 4,2% — o nível mais baixo até então.

Isso fez com que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura finalmente excluísse o Brasil do Mapa da Fome que divulgava periodicamente.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Cláudio e Márcia Larissa sustentam filhos e alguns parentes com o dinheiro que conseguem com a venda de material reciclado

Agora, esse sucesso brasileiro na garantia do direito humano à alimentação sumiu. Os números atuais são mais do que o dobro dos observados em 2009. O país voltou ao Mapa da Fome.

Roberto Bocaccio, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), explica que as políticas públicas falhas e a recessão econômica do país geram um deslanço da desigualdade social e, consequentemente, o aumento da pobreza. "É evidente que há uma unanimidade na ideia de que o Brasil precisa voltar a crescer. Precisamos crescer mais ou pelo menos acompanhar o ritmo de crescimento da economia mundial. O nosso crescimento tem sido baixo e insuficiente, porque há uma queda geral no nível de renda. A tendência é de que, em um país com um nível concentração de renda e distorções do padrão de renda, essas diferenças se acentuem. Ou seja, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres ficam cada vez mais pobres", pontua.

Improviso

A família de Vânia morou por anos em uma ocupação em Brasília

Pelo Brasil

A insegurança alimentar cresceu em todo país, mas as desigualdades regionais, raciais, sociais e de gênero seguem acentuadas. Veja como algumas condições sociais e individuais podem afetar negativamente a situação de segurança alimentar no país:

- » **Norte:** 18,1% das famílias vivem em situação de fome
- » **Nordeste:** 13,8% das famílias vivem em situação de fome
- » **Centro-Oeste:** 6,9% das famílias

- vivem em situação de fome
- » **Sudeste:** 6,0% das famílias vivem em situação de fome
- » **Sul:** 6,0% das famílias vivem em situação de fome

Gênero, cor e grau de escolaridade

- » 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes passam fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência é homem
- » Nas residências habitadas por

pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%, contra um percentual de 7,5% nas famílias brancas

- » 14,7% dos lares em que a pessoa de referência tem baixa ou nenhuma escolaridade vivem em situação de fome. com Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto, a porcentagem cai para 10,7% e em lares chefiados por pessoas com Ensino Médio completo em diante, despenca para 4,7%

Dados: Rede PENSSAN/ Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

conhecida como "Cerradão", na Asa Norte. Ao lado de prédios, igrejas e instituições particulares, dezenas de famílias vivem em barracos feitos de lona e pedaços de madeira. A renda da maioria que vive ali vem da reciclagem de lixo. Carroças se enfileiram em uma garagem improvisada ao lado dos barracos e seus donos compartilham do medo de não conseguir vender

a quantidade de material suficiente para pagar uma refeição.

A fome vem acompanhada de muitas outras carências. Cláudio, de 45 anos, e a mulher, Márcia Larissa, de 28 anos, também viveram no Cerradão por anos. Com o dinheiro da reciclagem, o casal de catadores sustenta filhos e alguns parentes. "A pandemia foi bem difícil. A questão de

alimentação, roupa, aluguel, tudo ficou mais caro. Tivemos dificuldade para conseguir atendimento no hospital, quem não tem endereço fixo eles ficam mandando ir e voltar", disse Márcia. "As coisas subiram demais. Tudo muito caro. O arroz está um absurdo. Chegou uma época lá em casa que eu cozinhava o arroz, mas tinha que inteirar

com cuscuz, que é mais barato. A gente tinha que comer regradiño, porque o arroz estava muito caro", complementa.

Já na família de Vânia, o acesso à saúde e a medicações é árduo. "A maior dificuldade que eu estou passando é com a saúde até agora. Sem poder comprar medicamento. O dinheiro não dá pra comprar medicamento. Não dá nem pra fazer as compras do mês", afirma.

Nesta situação, auxílios governamentais podem mudar a realidade desses brasileiros. Ambas as famílias de Vânia e Márcia dependem do Bolsa Família para conseguir comprar o mínimo em meios a tantas dificuldades. "Todos esses auxílios servem como um grande complemento para muita gente. No início do mês, quando recebe o Bolsa Família e com o dinheiro do nosso trabalho, a gente faz a feira, paga as contas e o dinheiro já acaba. Falta dinheiro para comprar uma fralda para uma criança, um absorvente para uma mulher, a carne, tudo isso que também é essencial", comenta Márcia.

Estas famílias também receberam o Auxílio Emergencial, no contexto da pandemia, e agora temem o que a falta desse dinheiro poderá causar. O presidente Jair Bolsonaro anunciou mudanças e lançou o Auxílio Brasil, novo benefício proposto para substituir o Bolsa Família. O Auxílio Brasil vai chegar a aproximadamente 10 milhões de pessoas, que são as que já faziam parte do Bolsa Família e também recebiam o Auxílio Emergencial. Esses brasileiros migrarão automaticamente para o novo benefício.

Outros 24 milhões de brasileiros foram automaticamente excluídos e há 5,3 milhões que estão no cadastro único e, mesmo tendo chance de serem chamados, não foram incluídos. "O Auxílio Brasil é uma extrema inconsequência por parte do governo. Há uma incerteza na própria previsibilidade para as famílias. A gente tem recursos insuficientes e que não tem previsibilidade, então, as pessoas não podem nem se programar e ter uma estabilidade", destaca Paola Carvalho, diretora de Relações Institucionais da RBRB.

* Estagiária sob supervisão de Vicente Nunes

OPERAÇÃO RESGUARDO

Governo inicia segunda edição

» CRISTIANE NOBERTO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), inicia a segunda edição da Operação Resguardo. A ação tem como objetivo combater crimes de violência contra a mulher e é realizada em conjunto com as polícias civis de todos os estados e do Distrito Federal.

"Essa operação demonstra o compromisso do governo federal, em conjunto com as forças estaduais, em combater a violência contra a mulher. É preciso que a sociedade se conscientize que esse crime é inadmissível,

denuncie, e ajude as forças de segurança a prevenir e reprimir novos casos de violência", afirma o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

A ideia é apurar denúncias, instaurar inquéritos policiais e cumprir mandados de prisão. A primeira edição, ocorrida entre janeiro e março do ano passado, resultou em 56 mil medidas preventivas e mais de 10 mil pessoas presas. Cerca de 1.431 solicitações de mandados de busca foram expedidos e 1.226 armas acabaram apreendidas.

Segundo apostas, as polícias civis atuarão em conjunto com as outras corporações para apurar e realizar buscas relacionadas

a ameaças, tentativas de feminicídio, lesão corporal, descumprimentos de medidas protetivas, estupro, importunação, entre outros crimes.

16 mil vítimas

Conforme noticiou o **Correio** na edição deste domingo, em 2021 houve o segundo maior número de denúncias registradas por violência doméstica nos últimos 12 anos, com 16.327 casos, menor apenas que em 2019 (16.861). O número total de denúncias no ano passado, mostra que, em média, cerca de 44 mulheres sofreram algum tipo de agressão por

dia, seja ela física, psicológica, sexual ou patrimonial. Com base na série histórica, 2010 foi o ano com o menor quantitativo de ocorrências criminais desse tipo, com 10.858 casos.

O governo tem o Disque 180, destinado às denúncias de violência contra a mulher que podem ser feitas de forma anônima. Segundo a pasta, qualquer pessoa pode acionar o serviço, que funciona diariamente, 24 horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Além disso, as delegacias estaduais também receberão denúncias presenciais. Na edição passada da operação, 51.551 denúncias foram apuradas e quase 190 mil vítimas foram atendidas.

Alerta da Anvisa

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) alerta que produtos com a marca "50 Ervas Emagrecedor" estão proibidos no Brasil desde 2020, por não estarem regularizados como medicamentos. O comércio de mercadoria com propriedades terapêuticas não autorizadas é atividade "clandestina". O alerta se dá após a morte de uma mulher que tomou o "chá emagrecedor". A agência destacou que o "50 Ervas Emagrecedor" não pode ser classificado como alimento ou suplemento alimentar, pois "contém ingredientes que não são

autorizados para o uso em alimentos". "Entre esses componentes estão o chapéu-de-couro, cavalinha, douradinha, salsaparrilha, carobinha, sene, dente-de-leão, pau-ferro e centella asiática", disse, em nota. Espécies vegetais que têm autorização para uso somente em medicamentos, como fitoterápicos.

A enfermeira Edmara Silva de Abreu, de 42 anos, morreu na quinta-feira, após rejeição de transplante de fígado, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), conforme informou o portal de notícias UOL. Na semana anterior, a paciente havia sido diagnosticada com hepatite fulminante após consumo de cápsulas de "chá emagrecedor".